

O povo quer votar mais

12 MAR 1991

D7
GERALDO MAGELA

Desde a transferência da capital federal para Brasília a luta pela conquista da plena autonomia política do Distrito Federal foi uma constante em todos os movimentos sociais dos trabalhadores e seus sindicatos, da sociedade em geral e seus partidos políticos representativos.

No entanto, até recentemente predominou a concepção dos detentores do poder político e econômico, contrária à emancipação, pois defendiam a tese de que a capital brasileira se mantivesse como uma unidade administrativa, distante das disputas políticas e das pressões populares.

A primeira conquista no sentido de ampliar a participação política da sociedade brasiliense ocorreu com a eleição de deputados e senadores para o Congresso Constituinte, que teve a função de elaborar a Constituição.

A Constituição de 1988, apesar de ter aprovado a autonomia política do Distrito Federal, garantindo a eleição do governador e dos deputados distritais, não possibilitou a eleição dos administradores regionais.

Os administradores, desde a instituição das Regiões Administrativas, representaram um elo entre as comunidades locais e o Governo do Distrito Federal e seus órgãos centrais. Estes dirigentes, por estarem em contato mais direto com a população e seus problemas concretos, em princípio, possuem condições de encontrar soluções e encaminhá-las. Assim sendo, a eleição direta dos admi-

CORRETO BRAZILIENSE

nistradores regionais do Distrito Federal criará o necessário vínculo com a comunidade e estabelecerá novas formas de cobrança dos compromissos assumidos.

Quando apresentei o projeto de lei da bancada do PT na Câmara Legislativa, que estabelece eleições diretas para os administradores, surgiram as mais diversas opiniões sobre o assunto. A primeira delas foi a injustificável alegação de inconstitucionalidade da matéria. Felizmente esse argumento já foi definitivamente sepultado por juristas como o procurador-geral da UnB, Roberto Aguiar, e o conselheiro da OAB-DF, Felix Palaci. Ambos entendem que não se trata da municipalização do DF, o que só seria possível com uma reforma constitucional, mas apenas da ampliação da participação democrática na escolha dos administradores.

Resta, então, discutir quanto à oportunidade da eleição. Há quem defenda a tese de que esse pleito só deveria acontecer após a votação da Lei Orgânica do Distrito Federal, o que pode demorar mais de um ano. Outros acham que a primeira eleição poderia ocorrer após o término do mandato do atual governador. O consenso passa pela necessidade de eleições diretas e há várias formas de se encaminhar a questão.

O Partido dos Trabalhadores quer discutir com os brasilienses. Nossa bancada entende que tal eleição deve ser feita já no máximo 180 dias após a aprovação da lei, mas o assunto não está fechado. As ponderações de vários setores políticos são aceitáveis,

mas o que não se admite é que a decisão esteja vinculada à conquista da autonomia econômica e municipal. Mas esta seria uma outra etapa que implicaria alterar a Constituição do País em seu Artigo 32.

A autonomia política, prevista no projeto do PT, só faz sentido se vier acompanhada da criação de um Conselho Comunitário, encarregado de fiscalizar as ações do administrador eleito, e do Conselho de Administração Pública do Distrito Federal, que, sob a presidência do governador, participará na elaboração das leis orçamentárias a serem enviadas à Câmara Legislativa. Esses instrumentos, instituídos o mais rápido possível, serão, sem dúvida, as bases de um inevitável processo de municipalização. Nós, do PT, estamos convencidos, de que, sem uma discussão ampla, aberta e irrestrita, corremos o risco de ver as administrações transformadas em verdadeiros feudos do neocoronelismo.

É importante que as forças democráticas, progressistas e populares não deixem que o assunto caia no esquecimento. Os partidos políticos, as associações de moradores, sindicatos, setores organizados da sociedade, já estão preparando debates em todas as cidades-satélites, com ampla mobilização e abaixo-assinados, prova de que o povo quer as eleições diretas.

■ Geraldo Magela é deputado distrital pelo PT do DF